

## Futuro em crise: uma análise dos manifestos ecológicos dos anos 1970

*Future in crisis: an analysis of the ecological manifestos of the 1970s*

Elenita Malta Pereira\*

Palavras-chave:  
Gênero Manifesto  
Manifestos Ecológicos  
História Ambiental

Resumo: A década de 1970 foi rica em ativismos e em impulsionar a escrita de textos programáticos por militantes de diversas áreas. Houve a emergência de uma série de obras sobre Ecologia, escritas sob o gênero textual Manifesto, em diversos países. O objetivo aqui é analisar alguns dos principais textos produzidos naquele contexto. Foram selecionados seis manifestos ecológicos, publicados entre 1972 e 1976. Por meio da aproximação entre história ambiental e história do tempo presente, a análise desses textos nos possibilita compreender melhor as diferentes formas de tratar os problemas ambientais daquele momento, bem como a circulação de ideias, conceitos, percepções e representações importantes para os movimentos ambientalistas da época.

Keywords:  
Genre Manifest  
Ecological Manifestos  
Environmental History

Abstract: The 1970s were rich in activism and in boosting the writing of programmatic texts by militants from different areas. There was the emergence of a series of works on Ecology, written under the textual genre Manifesto, in several countries. The goal here is to analyze some of the main texts produced in that context. Six ecological manifestos, published between 1972 and 1976, were selected. Through the approximation between environmental history and the history of the present time, the analysis of these texts allows us to better understand the different ways of dealing with the environmental problems of that moment, as well as the circulation of ideas, concepts, perceptions and representations that are important to the environmentalist movements of the era.

Recebido em 23 de maio de 2023. Aprovado em 07 de julho de 2023.

### Introdução

A década de 1970 foi rica em ativismos e em impulsionar a escrita de textos programáticos por militantes de diversas áreas. Um dos movimentos que emergiu com força nessa década foi o movimento ambientalista, um fenômeno intimamente ligado à “era da ecologia”, segundo Worster (2011).

Desde os anos 1960, com a publicação de *Primavera Silenciosa* (CARSON, 2010), com primeira edição estadunidense em 1962, denunciando o uso do pesticida DDT, a discussão sobre a crise ambiental se intensificou. Essa obra ajudou a mobilizar a opinião pública nos Estados Unidos sobre o tema dos agrotóxicos e da conservação ambiental. Em 1972, com a Conferência

das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, o tema se tornou amplamente difundido.

Outros livros importantes ajudaram a moldar o catastrofismo daquele contexto, como: *A crise silenciosa: a tragédia do desmatamento e da erosão*, escrito por Stewart Udall (1966); *Crimes contra a natureza*, de Hans Joachim Netzer (1967); *The Population bomb* [A bomba populacional], de Paul Ehrlich (1969); *Morte e sobrevivência da terra*, de Richard Falk (1972); *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst (1973).

A realização do *Earth Day* em abril de 1970, nos Estados Unidos, representou um marco, um evento catalisador das questões ambientais que apenas iriam se ampliar ao longo da década. No Brasil, as preocupações com o tema vêm de longa

\* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta de História na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR-MT). E-mail: [elenitamalta@gmail.com](mailto:elenitamalta@gmail.com)

data. Uma das primeiras associações preocupadas com a proteção ambiental foi a União Protetora da Natureza, fundada em 1956, por Henrique Roessler, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Outra entidade que se destacou foi a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, no Rio de Janeiro. Também é importante citar a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971, em Porto Alegre/RS.

Nesse momento de percepção da crise, surge também a história ambiental (nas universidades dos Estados Unidos e europeias, primeiramente), como área do conhecimento histórico que se propõe a compreender as interações humanas com o mundo biofísico ao longo do tempo (PÁDUA, 2010). Um dos focos de análise tem sido a concepção de ideias, éticas e comportamentos humanos em relação à natureza por sociedades e indivíduos, em diferentes contextos históricos.

Muitos dos temas que a história ambiental tem estudado abordam questões ambientais do tempo presente, ou que possuem ressonância nos dias atuais. Entre elas, para os propósitos deste artigo, ganha destaque a percepção do tempo sob o regime de historicidade presentista, conforme Hartog (2015). No mundo pós-grandes guerras mundiais, é perceptível uma abundância de passado, na forma de memória (ou patrimônio a preservar), um presente efêmero; então, diante da consolidação cada vez mais evidente de uma crise ambiental planetária, evidenciou-se também uma crise do futuro, do porvir.

A história do tempo presente, como vem sendo desenvolvida na França, após a Segunda Guerra Mundial, por historiadores como Henry Rousso (2016) e Christian Delacroix (2018), possui características singulares: a presença de sobreviventes dos eventos, muitas vezes traumáticos, que podem ser testemunhas; essa presença traz a possibilidade de contar com fontes orais abundantes; engajamento do historiador, que pode se tornar também perito, convidado a depor em processos judiciais decorrentes dos eventos; a distância, pois o historiador do tempo presente, mesmo mergulhado “no seu tempo”, precisa tomar

distância em relação ao objeto e ao sujeito estudado. Dependendo do tema, pode ser mais difícil estar longe. De acordo com Rousso (2016), o desafio de um historiador do tempo presente é “criar distância com a proximidade”.

Nesse sentido, a história ambiental e a história do tempo presente possuem uma imbricação muito importante para a compreensão do contexto de emergência das preocupações ambientais em âmbito global, desde os anos 1970 até a atualidade. Para isso, é importante analisar os discursos que começaram a circular nessa década, com grande repercussão e impacto, alguns deles ainda ecoam no século XXI, como profecias ameaçadoras de um futuro bloqueado, inviável, ou pelo menos, muito difícil para a vida humana.

Vários desses discursos circularam no gênero textual de manifestos ecológicos, escritos por autores de diferentes países, engajados nos problemas ambientais dos anos 1970. Esses autores se mostravam preocupados com a possibilidade efetiva de que a humanidade não tivesse um futuro, ou, no mínimo, havia muita incerteza em relação ao porvir.

Neste artigo, selecionamos seis desses textos, publicados no Reino Unido, na França, na Alemanha, e no Brasil. Foram escolhidos textos que tiveram grande repercussão no contexto de sua publicação, sendo amplamente difundidos em seus respectivos países, e, alguns deles, internacionalmente. O objetivo aqui é analisar o contexto de sua emergência, bem como as temáticas e ideias neles tratadas.

## O gênero literário manifesto

Segundo Galia Yanoshevsky (2009b), hoje a existência do gênero manifesto é indiscutível, graças a uma série de estudos realizados desde a década de 1980. Um de seus exames teóricos mais abrangentes é o de Hubert van den Berg em seu capítulo “Manifesto, eine Gattung?” (“Manifesto, um Gênero?”) de 1998, com referência a manifestos da vanguarda histórica (futurismo, dadaísmo, surrealismo). O artigo “Introduction a l’analyse des manifestes”, de Claude Abastado (1980a) é

considerado fundador na análise do gênero. A principal característica atribuída ao manifesto por Abastado (1980b) é a sua “multiformidade”, a sua versatilidade: o manifesto pode ser apresentado em diferentes formatos. Essa característica pode explicar as inúmeras tipologias que podem ser encontradas na obra sobre o manifesto, agrupando famílias de discursos polêmicos. Também parece ser responsável pela confusão entre declarações políticas e suas contrapartes literárias, que perpassa o trabalho sobre manifestos: se o manifesto pode assumir todas as formas e feitios, então também pode ser político (o caso dos manifestos de cunho ecológico) ou literário.

O significado da expressão “manifesto” passou por mudanças ao longo do tempo. No século XVII, entre os latinos, vulgarizou-se como “declaração através da qual um grupo visa a conciliar-se com a opinião pública” (SOUZA, 2006, p. 97). Durante o século XIX, o termo passou a circular no campo das ideias, da literatura e da arte. É dessa época – em que o manifesto se tornou um modo de discurso agonístico –, o mais famoso de todos os manifestos, o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, considerado por Marshall Berman (1986, p. 134) como “a primeira grande obra de arte modernista”, que abriu caminho para outros manifestos importantes, como o *Manifesto Futurista*, de Filippo Marinetti, em 1909, e o *Manifesto do Surrealismo*, escrito por André Breton, em 1924. No século XX, os textos de manifesto ganharam maior repercussão, tornando-se o mecanismo de expressão das vanguardas artísticas por excelência (DEGUY, 1962).

Nos momentos difíceis, os manifestos são instrumentos de reação de um grupo a algo que o incomoda no mundo real; podem assumir a forma de textos programáticos em tempos de crise ou mudança. Para Demers (1980, p. 6), a “função explícita do manifesto é justamente questionar o sistema”, e a crise constitui a própria razão de ser de um manifesto. Por meio desse gênero de escrita, é possível denunciar a crise, explicá-la e, em seguida, apresentar as soluções do grupo manifestante e conclamar a adesão pública às propostas apresentadas (SOUZA, 2006).

Para Angenot (1982), o manifesto é considerado uma variante do discurso polêmico, pois afirma e defende uma tese e convida o leitor a fazer uma posição. Também, em geral, é um texto curto, e chama o leitor para uma participação ativa: tomar uma posição, aceitar uma tese ou expressar sua concordância.

Manifestos são textos que aplicam regras mais ou menos previsíveis. Algumas características formais são, geralmente, comuns nesse tipo de texto, como: a utilização de imagens literárias (abuso de figuras de linguagem, em especial metáfora e analogia); texto recortado, com parágrafos enumerados; tipografia variada; uso abusivo de letras maiúsculas, itálicos ou qualquer forma de destaque para as ideias principais (DEMERS, 1980). O autor manifestante, denunciando um estado de coisas que considera problemático, incorreto, quer provocar a reação de seu leitor. O que o escritor desse tipo de texto teme não é a impotência de sua palavra, ou a fraqueza de sua convicção, mas a falta de reação; ele deseja, com seu discurso, povoar desertos (BONENFANT, 1978). Ou, como sustenta Lyon (1999), a única convenção uniforme entre os manifestos é um estilo retórico exortativo.

Como uma espécie de brado de alerta sobre alguma questão do presente, um manifesto deve estar integrado com o contexto em que foi produzido. O objetivo de um autor, ao escrever um manifesto, é alertar as pessoas sobre algo que ainda não perceberam. No caso dos textos aqui abordados, os autores queriam divulgar um alerta sobre a crise ambiental, em sua visão, ainda não percebida pela maior parte da população mundial. Vamos aos textos.

## Manifestos ecológicos dos anos 1970

De acordo com Yanoshevsky (2009a, p. 265), um texto não precisa ser apelidado como “Manifesto”, para que pareça e se comporte como tal. Esse parece ser o caso de alguns textos sobre a questão ecológica, na década de 1970.

O mais importante deles foi *Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*), publicado em 1972 e já traduzido no Brasil em 1973, como

resultado da pesquisa encomendada pelo Clube de Roma a cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), concluída em 1971. Para Donald Worster (2016), nenhuma obra pode reivindicar ser decisiva na mudança popular e opinião científica de uma era de abundância para uma de vulnerabilidade, mas *Limites* expressou melhor do que qualquer um de seus predecessores uma profunda transformação cultural em andamento, que continuaria nas décadas seguintes.

O Clube de Roma surgiu como uma associação de profissionais das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil reunida em Roma, em 1968, a convite do industrial italiano Aurelio Peccei (1908-1984)<sup>1</sup> e do cientista escocês Alexander King (1909-2007), para discutir o que consideravam “[...] o dilema do pensamento de curto prazo predominante nos assuntos internacionais e, em particular, as preocupações com o consumo ilimitado de recursos em um mundo cada vez mais interdependente” (CLUB OF ROME, [s. p.])<sup>2</sup>.

De acordo com Worster (2016, p. 160), depois de procurar em vão por alguém que pudesse ajudar a analisar a problemática mundial, o Clube de Roma se voltou para Jay Forrester (1918-2016), professor de engenharia no MIT, “um dissidente acadêmico brilhante, um estatístico em busca da verdade”. Ele se tornou um dos primeiros especialistas em computação dos Estados Unidos, tentou aplicar sua experiência matemática à análise social por meio de um método que chamou de “dinâmica de sistema”. Originalmente desenvolvida na década de 1950 para ajudar os gerentes corporativos a entender processos industriais complexos, a dinâmica de sistemas usava máquinas de computação gigantescas, preenchendo salas inteiras com seus eletrônicos volumosos, para criar modelos abstratos de processos dinâmicos. O modelo de computador deveria identificar as variáveis-chave em qualquer sistema, visualizar como elas poderiam interagir umas com as outras e experimentar possíveis melhorias em seu funcionamento.

Em julho de 1970, vários membros do Clube de Roma se reuniram no campus do MIT para um seminário com Forrester para aprender seus métodos de análise. Na sua exposição, ele

mostrou como seis variáveis principais estavam intrinsecamente conectadas umas às outras: população humana, capital de investimento, espaço geográfico, recursos naturais, poluição industrial, e produção de alimentos. Forrester concluiu que o mundo era finito e vulnerável. Os membros do Clube de Roma ficaram tão impressionados, que se ofereceram para financiar um relatório escrito sobre o tema. Forrester, no entanto, recusou, tendo outros projetos em mãos. Por recomendação dele, o Clube contratou Dennis Meadows (1942-) em seu lugar. Dennis havia sido aluno de Forrester, aceitou e rapidamente recrutou sua esposa Donella Meadows (1941-2001)<sup>3</sup>. Juntaram-se a eles Jørgen Randers (1945-), um estudante de doutorado em física no MIT e William Behrens, um estudante de graduação em engenharia elétrica, além de mais 13 cientistas de diferentes países.

A partir de uma série de encontros, o grupo começou o chamado “Projeto sobre o Dilema da Humanidade”, dilema esse definido da seguinte forma:

[...] o homem pode perceber a problemática e, no entanto, apesar de seu considerável conhecimento e habilidades, ele não compreende as origens, a significação e as correlações de seus vários componentes e, assim, é incapaz de planejar soluções eficazes. O fracasso ocorre, em grande parte, porque continuamos a examinar elementos isolados na problemática, sem compreender que o todo é maior do que suas partes; que a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais. (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 11).

Com o objetivo de apontar soluções para o dilema da humanidade, o grupo de cientistas do MIT elaborou um “modelo mundial”, embasado no conhecimento científico disponível naquele momento, na análise de sistemas e no computador moderno, para investigar cinco grandes tendências de interesse global, consideradas elementos-chave do processo de “crescimento”: o ritmo acelerado de industrialização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos

recursos naturais não renováveis e a deterioração ambiental (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 19). Essas cinco variáveis foram analisadas em suas causas, inter-relações e implicações para os cem anos seguintes, ou seja, foi um estudo elaborado com o objetivo de fornecer embasamento científico para a tomada de decisões futuras.

Orientados para o futuro, os cientistas elaboraram uma série de simulações em torno dessas cinco tendências, representadas por meio de gráficos, em inúmeras páginas do livro. Era a ciência, utilizando métodos matemáticos e a mais avançada tecnologia disponível na época, na tentativa apontar o melhor caminho para que a humanidade não atingisse os limites da sobrevivência. Uma das constatações mais relevantes do estudo foi o problema do crescimento exponencial<sup>4</sup>, que é a forma como tanto a população quanto o capital financeiro-industrial crescem. As duas variáveis mais preocupantes, o crescimento populacional e o crescimento industrial utilizam um ciclo de realimentação positiva, ou seja, o saldo de entradas e saídas sempre resulta em um número positivo, maior do que o inicial<sup>5</sup>.

A equipe do MIT calculou que praticamente todos os recursos nos quais as economias modernas se baseavam poderiam desaparecer em menos de cem anos – isto é, antes do ano 2072. Uma tabela listou 19 recursos críticos, variando de alumínio e cobre a chumbo, tungstênio, estanho, mercúrio, gás natural, petróleo e zinco. Todos eles poderiam ser esgotados, alguns dentro de uma única vida ou duas. Uma das conclusões do estudo resume o problema-chave de todo o processo, na visão do grupo do MIT: não pode haver crescimento exponencial num sistema finito e complexo (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 144)<sup>6</sup>.

Outro texto que pode ser considerado um manifesto ecológico, mesmo sem carregar a palavra no título, foi publicado no mesmo ano: *A Blueprint for Survival*<sup>7</sup>, preparado pelo ecólogo britânico Edward Goldsmith (1928-2009), editor da revista *The Ecologist*, além de Robert Allen, Michael Allaby, Davoll John e Lawrence Sam. O texto foi endossado por 35 personalidades científicas de renome mundial. A primeira versão foi publicada

em janeiro de 1972, ocupando toda a edição de *The Ecologist* (vol. 2, n. 1), antes da primeira Cúpula do Meio Ambiente da ONU, que se realizou na sequência, de 5 a 16 de junho, em Estocolmo. Em 14 de setembro, o manifesto foi republicado em livro pela Penguin Books (1972).

*A Blueprint for Survival* também foi provocado pela iniciativa do Clube de Roma que, na visão dos autores, estava tentando convencer os governos, líderes industriais e sindicais em todo o mundo a enfrentar a gravidade da situação e tomar as medidas adequadas enquanto houvesse tempo. No entanto, eles propunham a constituição de um “movimento nacional”, na Inglaterra, com potencial de dar origem a um movimento internacional para complementar o trabalho que estava sendo realizado pelo Clube de Roma, denominado “Movimento pela Sobrevivência”, mediante a formulação de uma nova filosofia de vida, “[...] cujos objetivos podem ser alcançados sem destruir o meio ambiente, e um programa preciso e abrangente para criar o tipo de sociedade em que pode ser implementado” (GOLDSMITH *et al.*, 1972, p. 1). Em *A Blueprint for Survival*, os autores explicam detalhadamente esse programa.

Seguindo a cartilha do gênero manifesto, os autores, no início do texto, diagnosticam a crise, cujas principais manifestações consideram o crescimento exponencial da população – como já verificara a equipe do MIT – a perturbação dos processos ecológicos (uso de agrotóxicos, devastação florestal, produtos químicos venenosos); a falha no abastecimento de alimentos (desigualdade na produção e distribuição entre países ricos e pobres); o esgotamento dos recursos (consumo exponencial de materiais e combustíveis fósseis para geração de energia); o acúmulo crescente de resíduos sólidos e poluição. Todo esse quadro, se fosse não revertido, levaria ao “colapso da sociedade”, ao “[...] colapso de serviços sociais vitais, como energia e saneamento, que poderia facilmente provocar uma série de epidemias – e não podemos dizer com confiança que seríamos capazes de lidar com elas” (GOLDSMITH *et al.*, 1972, p. 4-5).

Para os autores, seria um momento de grande angústia e caos social. Os problemas em

relação ao meio ambiente não seriam temporários; pelo contrário:

[...] são os sinais de alerta de uma incompatibilidade entre crenças profundamente arraigadas no crescimento contínuo e o crescente reconhecimento da Terra como uma nave espacial, limitada em seus recursos e vulnerável a um manuseio impensado. A natureza de nossa resposta a esses sintomas é crucial. (GOLDSMITH *et al.*, 1972, p. 5).

Na visão dos autores, a humanidade é responsável pela crise, e é crucial que mude de atitude em relação à Terra, encarada como uma “nave espacial”. Essa ideia havia sido desenvolvida pelo economista Kenneth Boulding, que advogou pelo fim da “economia caubói” – calcada no consumo e crescimento infinito – e sua substituição por uma “economia do astronauta” – de cuidado com o meio ambiente (WORSTER, 2016, p. 170). Ao usar a metáfora da Terra como uma espaçonave, Boulding considerava a humanidade seus astronautas, ou seja, passageiros; por isso, não seria inteligente nem desejável destruir seu veículo de viagem pelo universo.

No ano seguinte, apareceu também um manifesto de cunho ecológico na Alemanha. Segundo Biehl e Staudenmaier (1995), o “Manifesto Ecológico Alemão” foi editado em 1973 pelo *Nationaldemokratische Partei Deutschlands* (Partido Nacional Democrático – NPD)<sup>7</sup>. No texto, o Partido traça um programa político para a Alemanha, abordando a questão ambiental, entre outros temas. Invoca “as “leis da natureza” para justificar uma ordem “orgânica” hierarquicamente estruturada que regeria as relações entre o indivíduo, a natureza e a sociedade. As múltiplas perturbações dessa ordem orgânica seriam a razão dos problemas que nos confrontam atualmente (BETZ, 1986, p. 35). A crítica ao ambiente poluído e envenenado por uma humanidade cada vez mais degradada é formulada como “o sintoma mais perceptível do equilíbrio arruinado da humanidade e da natureza” (BIEHL; STAUDENMAIER, 1995, p. 40). O partido lamenta a destruição do meio

ambiente, pelos efeitos desfavoráveis sobre a saúde do povo alemão.

A partir de uma concepção agressivamente nacionalista, para o NPD, os alemães tiveram sua saúde esgotada por duas guerras mundiais em uma geração; o cuidado do meio ambiente tem efeitos na saúde, por isso “seu cuidado é de grande importância nacional” (NPD, 1973, p. 21). Se por um lado, há a defesa de medidas interessantes, como a regulamentação de corantes químicos e conservantes nos alimentos, proibição de hormônios e antibióticos na criação de animais, e a promoção de “alimentos biologicamente naturais”; por outro, de medidas de controle, o documento recomenda que seria “[...] urgente reintroduzir a obrigatoriedade de notificação nominal no caso de doenças venéreas e todas as outras doenças perigosas para a população” (NPD, 1973, p. 21).

A “preservação” do “povo alemão” exigiria que as mulheres alemãs dessem à luz prolificamente e, portanto, o NPD (1973, p. 19) afirmava: “famílias com muitas crianças, em particular, devem ser encorajadas”. Como o aborto ameaça “a existência biológica de nosso povo”, o partido defendia que “[...] a legalização e morte da vida nascente, permitindo o aborto dentro de certos limites de tempo, deve ser rejeitada em princípio” (NPD (1973, p. 19). São propostas bastante sexistas, como a defesa de treinamento materno e doméstico para “a juventude feminina”, para que esteja mais bem preparada para “suas tarefas como donas de casa e mães”. As mães não deveriam trabalhar fora de casa “até pelo menos que seus filhos comecem a escola”, pois a “[...] segurança da mãe e a proximidade constante oferecem melhor proteção contra a negligência neurótica assustadoramente crescente da juventude” (NPD, 1973, p. 19). Tanto Betz (1986) quanto Biehl e Staudenmaier (1995) tratam essa perspectiva como um novo tipo de racismo, o ecofascismo<sup>9</sup>. O documento parte também de uma concepção ultrapassada de ecologia, em que seria possível o “equilíbrio” na natureza<sup>10</sup>.

Além das obras mencionadas, dois importantes livros publicados na França podem ser exemplos de manifestos ecológicos: *Pour une autre croissance* [Por outro crescimento], de 1972, escrito

por Robert Lattes (1927-2008), e *L'utopie ou la mort* [A utopia ou a morte, tradução de 1975], publicado em 1973 no original francês pelo agrônomo, ecologista e político René Dumont (1904-2001).

Robert Lattes foi um matemático, administrador de corporações francesas e empresário, que era membro do Clube de Roma. Na obra, ele expõe o contexto de crise criado pelo modelo de crescimento atual; propõe, em seu lugar, um “outro crescimento”. Lattes (1972) conclama uma mudança de objetivos e se propõe a discutir o problema de adaptar o crescimento às reais necessidades dos humanos, de acordo com uma ética que se traduzisse em níveis de felicidade para o maior número de pessoas, um crescimento medido pelo tipo de vida, mais do que pelo nível de vida, o Produto Nacional Bruto (PNB) e a taxa de lucro.

Isso não significaria adotar o crescimento zero – para ele, “uma renúncia do homem” – ou abandonar a ciência e a tecnologia (apesar de reconhecer que ambas são corresponsáveis pela crise). O problema para o autor era “o crescimento demasiado rápido e *sobretudo mal orientado*” [grifo no original] (LATTES, 1972, p. 30). Ele defende a mudança na concepção do crescimento atual – puramente econômico – para um “crescimento multidimensional”, que levasse em consideração, também, as dimensões social, humana e cultural:

[...] uma noção muito mais ampla de crescimento ecológico, que envolve o crescimento econômico tradicional – sem desperdício – mas também recursos ilimitados, serviços gratuitos, proteção do meio ambiente; e aqueles elementos intangíveis – com crescimento ilimitado e seguro – que são a educação, o desenvolvimento cultural, a criação artística e a maioria das atividades intelectuais e físicas. (LATTES, 1972, p. 79).

O matemático não propõe abdicar do crescimento, apenas uma mudança em seus princípios. Defende que os benefícios do progresso econômico são certos: redução ou desaparecimento do desemprego, possibilidades devido ao consumo de massa, aumento do padrão de vida, “tudo o que é fonte de incontestáveis satisfações”. Nesse sentido,

a solução para a humanidade seria “adaptar-se” (LATTES, 1972, p. 93).

Já Dumont propõe mudanças um pouco mais profundas. Para o autor, num mundo finito, o crescimento exponencial da população e da produção industrial seria impossível. Dumont (1975, p. 10) critica o trabalho do Clube de Roma e de *The Ecologist* por não avançarem nas questões sociais: “deveriam ser mais audaciosos neste terreno”. O livro contém cinco partes mais uma conclusão. Na primeira parte, discute as principais ameaças, responsabilizando os países ricos pela degradação dos solos, poluições, superprodução industrial, armamentos, superpopulação. A segunda parte denuncia desperdícios e privilégios dos poderosos dos países ricos; já a terceira, afirma que esse estado de “dominação” levaria os países pobres à revolta. As quarta e quinta partes oferecem propostas para os países ricos, “uma mobilização geral de sobrevivência, um estado de urgência, uma série de ‘utopias’”, para conseguir “o fim das injustiças e dominações”. Para o autor, a China e o Vietnã dariam exemplos parciais do que fazer para “construir uma sociedade nova”, com uma “nova moral, uma nova fé” (DUMONT, 1975, p. 11-12).

Os principais problemas tratados por Dumont englobam a impossibilidade do crescimento econômico ilimitado – citando *Limites do crescimento* –, os riscos do uso da energia nuclear, as falácias da Revolução Verde (não promoveu o fim da fome prometido), poluição do ar e da água, crescimento populacional. Em dois desses pontos, o autor emite opiniões, no mínimo, controversas. Sobre os adubos e pesticidas, não condenava “o uso em geral dos adubos químicos, cujo perigo é limitado a certos abusos no seu emprego” (DUMONT, 1975, p. 35). Sobre a questão populacional, defende explicitamente “medidas limitativas autoritárias da natalidade”, as quais, na sua visão, “vão tornar-se cada vez mais necessárias, mas elas só serão aceitáveis se começarem pelos países ricos e pela educação dos outros [os pobres]”. Para Dumont (1975, p. 46), “[...] o abandono das criancinhas nas famílias pobres chinesas, ou o aborto sistemático no Japão, antes de 1869 como depois de 1945, à

luz de nossas recentes observações, podem ser consideradas como medidas que comportam certa sabedoria”<sup>11</sup>.

Por outro lado, Dumont (1975, p. 100), defende uma “[...] mudança de atitude total, da parte dos países ricos e egoístas, para com os países até aqui dominados”; assim: Os países ricos, “que esbanjam e poluem muito mais que os outros”, deveriam instituir uma limitação da natalidade e também orientar sua economia para um crescimento zero do consumo industrial global. Em sua visão, os produtos de luxo deveriam ser taxados mais pesadamente e a produção de armamentos paralisada. Outras medidas importantes na solução da crise, de acordo com Dumont, seriam priorizar transportes coletivos em detrimento do automóvel individual; reduzir e racionalizar viagens aéreas; frear a urbanização desenfreada; melhorar a distribuição dos alimentos entre os países; realizar reforma agrária.

Ao final do livro Dumont (1975, p. 128), se declara adepto do socialismo, “[...] por um profundo sentimento de repulsa às injustiças mais marcantes, e não por uma ideia preconcebida do sentido da história”; e defende o fim “[...] das dominações dos povos e dos trabalhadores dos países pobres pelos poderosos dos países ricos, aliados às minorias privilegiadas dessas regiões dominadas” (p. 132). Dumont (1975, p. 137), critica o “veneno totalitário” de experiências socialistas como a do estalinismo na União Soviética e também o racismo presente nas relações de trabalho, em que os jovens de famílias abastadas se negam ao trabalho manual, deixado para “um novo tipo de escravos, batizados imigrantes” (p. 138-139). Dumont (1975, p. 144) propõe estudar o exemplo chinês, que ele chama de “socialismo de sobrevivência”, e que lhe parecia, à época, “a sociedade atualmente mais apta à sobrevivência prolongada”; nesse sentido, fazia o seguinte chamado: “[...] tomar o poder aos privilegiados de todos os países seria o primeiro passo dessa transição, o mais difícil e mais urgente”.

O Clube de Roma não quis condenar o “capitalismo decadente e decaído”; suas conclusões ainda mostravam uma possibilidade de sobrevivência muito prolongada nas condições

atuais. A utopia de Dumont era que os humanos buscassem “ter menos e ser mais”, chegando a “uma sociedade menos injusta”. Em seu pós-escrito, deixou um apelo desesperado: “[...] como as outras espécies vivas, a espécie humana deve saber se limitar: do contrário, as piores catástrofes nos atingirão” (DUMONT, 1975, p. 159).

Não somente países europeus tiveram seus manifestos ecológicos. Primeiro texto do gênero publicado no Brasil, em 1976, *Fim do Futuro? – Manifesto Ecológico Brasileiro*, foi definido por seu autor, José Lutzenberger, no preâmbulo, como “um brado de alerta”, “um documento de luta” (LUTZENBERGER, 1980). Utilizando uma linguagem “deliberada”, o autor, apoiado por uma lista de nove entidades ecológicas brasileiras, pretendia indicar novos rumos onde procurar soluções para a crise ambiental. Essas soluções decorreriam de um novo paradigma, de um novo esquema mental que o grupo pretendia transmitir: “a visão ecológica das coisas” (LUTZENBERGER, 1980, p. 10).

Como vimos, o autor de um manifesto escreve, deliberadamente, para alertar as pessoas sobre algo que ainda não perceberam. No caso do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, a intenção é declarada de forma explícita:

Este é um documento de luta. Sua finalidade é esclarecer, sacudir, chocar. É fazer pensar, promover discussão. A linguagem é deliberada. Os minúsculos grupos que hoje lutam pela conscientização ecológica e contra a total destruturação ambiental e social não mais podem ater-se à linguagem tímida. Esta, no passado, não impediu que chegássemos aos extremos que hoje confrontamos. As forças da destruição não têm essa inibição. Sempre nos acusaram e continuarão acusando de radicais, de líricos, quando não de apocalípticos. Apenas somos realistas. A realidade é grave. (LUTZENBERGER, 1980, p. 10).

*Limites do crescimento e Blueprint for Survival* foram lidos por Lutzenberger (e apropriados por ele como manifestos ecológicos) – listados na bibliografia final de *Fim do Futuro?*

– e o inspiraram na escrita de seu manifesto. A estrutura do texto brasileiro segue à risca as normas do gênero. Na primeira parte, intitulada “A Demolição da Ecosfera”, são apontados os principais problemas ambientais daquele contexto: o crescimento econômico ilimitado; o crescimento

exponencial da população; o esbanjamento no consumo; os perigos da energia atômica; a perda cultural (em especial, indígena) provocada pela disseminação da “cultura da sociedade industrial ocidental” (LUTZENBERGER, 1980, p. 50-52).

**Quadro 1 – Quadro comparativo temático dos manifestos ecológicos analisados**

	<i>Limites Do crescimento</i> Inglaterra	<i>Blueprint For Survival</i> Inglaterra	<i>Utopia ou a morte</i> França	<i>Pour une autre croissance</i> França	<i>NPD</i> Alemanha	<i>Fim do Futuro?</i> Brasil
<b>Crescimento econômico</b>	Autolimitação; Contrário ao crescimento exponencial.	Contrário.	Contrário.	Propõe um “crescimento ecológico”; “multidimensional”.	Moderado.	Contrário.
<b>População</b>	Redução com igual taxa de natalidade e mortalidade.	Contra aumento; Defende controle.	Contra aumento – postura radical.	Contra Aumento.	A favor do crescimento dos alemães.	Contra Aumento.
<b>Agricultura</b>	Defende a Revolução Verde.	Condena agrotóxicos como fonte de poluição.	Não condena agrotóxicos.	Tecnológica: ajudou a superar a desnutrição e seus efeitos.	Reduzir agrotóxicos; Substituir por agricultura biológica.	Defende agricultura ecológica.
<b>Poluição industrial</b>	Propõe redução.	Propõe melhores controles e substituição de materiais.	Crítico: “Espoliação pelas empresas ou particulares da riqueza coletiva”.	A população cria a poluição. Conscientizar para mudar.	“Ambiente poluído como sintoma do equilíbrio rompido entre a natureza e o homem”.	Denuncia descaso dos empresários e dos tecnocratas: “poluição é negócio”.
<b>Energia/poluição nuclear</b>	Energia limpa, mas deixa resíduos.	Contrário; considera perigo.	Contrário; “a mais grave das ameaças”.	<i>Lobby</i> a favor da energia nuclear.	Propõe “proteção contra radiações nocivas e seu transporte”.	Contrário. Essa tecnologia é imoral, pois compromete o futuro.
<b>Tecnologia</b>	Fé na tecnologia pode desviar atenção e impedir solução do problema essencial: crescimento.	Defende tecnologias alternativas.	Trata de forma indireta: incentivo à descentralização e autogestão.	Meio de sobrevivência; ferramenta e guia, mas sob controle humano.	“Equilíbrio entre natureza, homem e tecnologia”.	Propõe o abandono da megatecnologia e o uso das “tecnologias brandas”.
<b>Principais soluções</b>	Estado de equilíbrio; Mudança de valores.	Série de medidas para atingir “sociedade estável”.	Série de medidas para alcançar um “socialismo de sobrevivência”.	Nova economia, da qual a ecologia fará parte; crescimento multidimensional.	Implantar as diretrizes do partido na Alemanha.	Educação e ética ecológica: “redefinição de progresso e desenvolvimento”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: Foram escolhidos os temas mais importantes e que aparecem nos seis livros, como forma de compará-los.

Já a segunda parte do livro – sob o título sugestivo “Reconquista do Futuro” – é dedicada às possíveis soluções da crise. A principal proposta envolve uma nova postura ética – algo essencial na militância do ambientalista – uma “mudança de atitudes, o reexame de valores, a redefinição de progresso e desenvolvimento”. Entre as medidas práticas, ele defende “um esforço nacional integrado de combate às queimadas”; “uma reorganização na agricultura”, que deixasse de praticar a coivara e a “hipermonocultura supermecanizada e quimificada” e que se buscasse uma agricultura ecológica, a qual seguisse uma “Ética da Terra” (LEOPOLD, 2008) e abandonasse “os métodos já demonstradamente insustentáveis da Revolução verde”. Lutzenberger defende também a descentralização econômica e burocrática e, assim, o abandono das megatecnologias, em sua visão, muito destrutivas. Propõe a redução no consumo em geral, priorizando “tecnologias brandas”, como a produção de alimentos sem aditivos e agrotóxicos, e de roupas simples e duradouras.

No final do livro, o autor retoma o ponto central de seu pensamento: a necessária mudança ética na relação entre humanos e natureza. Ele reconhece que é uma utopia – como Dumont – mas que poderia ser disseminada nas escolas, para fomentar uma nova consciência em relação ao mundo natural. Prevalece no *Manifesto Ecológico Brasileiro* a defesa do “princípio de reverência pela vida”, citando o filósofo alemão Albert Schweitzer. De acordo com essa ética, o ser humano é mais uma espécie, não a mais importante. Partindo da sua própria vontade de viver, a humanidade deveria reconhecer o direito das demais espécies à vida e prestar reverência a esse princípio fundamental (SCHWEITZER, 1964).

## Considerações finais: Como desbloquear o futuro?

Os seis textos abordados aqui possuem diferentes formatos, mas cumprem as características básicas do gênero manifesto. Seus autores expressam uma reação a algo que os incomoda muito, e que, em sua visão, a maioria das pessoas não percebeu,

no caso, a crise ambiental planetária. Os livros são como “armas” de luta contra essa crise, em que fazem a denúncia do problema e propõem soluções.

Podemos perceber que, entre os seis, *Limites do crescimento* é fundamental; todos os demais foram escritos a partir e em diálogo com ele, concordando ou criticando suas premissas. Apesar de conter posições conservadoras em vários aspectos, o relatório do Clube de Roma foi decisivo ao afirmar que crescimento econômico infinito – a base do sistema capitalista – é impossível em um mundo com elementos naturais finitos; ou seja, o capitalismo não é compatível com a continuidade da vida como conhecemos. Mais ainda, o capitalismo é incompatível com a possibilidade de um futuro minimamente decente para as próximas gerações.

Analisando o Quadro 1, podemos perceber que, em alguns temas principais, existem concordância entre alguns manifestos, mas não entre todos. Por exemplo, nem todos concordam com a necessidade de barrar o crescimento econômico; *Por une autre croissance* chega mesmo a defender a sua continuidade, sendo necessário apenas “adaptar-se” – uma expressão que tem muita ressonância no século XXI (adaptação, resiliência). Na forma de entender o tema “população”, o manifesto do NPD defende o crescimento dos alemães, numa perspectiva nacionalista e, em alguns pontos, até ecofascista, como vimos. Chama a atenção a defesa de *Limites do crescimento* da Revolução Verde como tecnologia que cumpriu seu objetivo de “[...] produzir mais alimentos, ser propulsora de trabalho – para proporcionar empregos e não requerer grandes quantidades de capital” (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 145). Embora reconheça que “[...] as consequências sociais colaterais não foram inteiramente benéficas”, não há crítica ao envenenamento do mundo natural e dos corpos humanos, decorrentes da aplicação de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos na agricultura.

No tema da poluição industrial, há propostas conservadoras, como redução (*Limites*) e melhores controles (*Blueprint*); os pontos de vista mais críticos são de *A utopia ou a morte* e de *Fim do Futuro?*. A questão da energia nuclear também leva *Limites* a uma postura intermediária: exalta

os benefícios, mas reconhece o problema dos resíduos. *Blueprint, A utopia... e Fim do futuro?* são totalmente contrários a seu uso, já que, para seus autores, os benefícios não compensam os danos.

A temática da tecnologia é reconhecida como crucial pelos textos; porém, a abordagem é diferenciada. *Limites* chama a atenção para o perigo da aposta na tecnologia – “otimismo tecnológico” – para resolver os problemas ambientais, o que pode até “aliviar os sintomas de um problema, sem afetar as causas fundamentais” (MEADOWS *et al*, 1973, p. 151). O texto de Lattes (1972) exalta a tecnologia como meio de sobrevivência; o do NPD (1973) o equilíbrio entre humanos e tecnologia. Os três manifestos restantes defendem as tecnologias “alternativas”, “brandas”, que focam na descentralização e autogestão, apostando que nem toda tecnologia é perigosa, mas sim as que envolvem megaempreendimentos, centralização de controles e decisões. Há uma diversidade de soluções apresentadas, com destaque para a afinidade entre *Limites do crescimento e Fim do Futuro?*: ambos defenderam uma mudança ética, de valores humanos em relação ao mundo natural.

É interessante que a publicação das cinco obras em países europeus tenha contribuído para uma publicação semelhante no Brasil. Havia um campo de possibilidades favorável a esses discursos, com a circulação de textos do gênero manifesto ou não, preocupados com a evidenciação cada vez maior da crise ambiental, dos quais Lutzenberger se apropriou para formular seu próprio livro, pensado como um texto para orientar a militância ambientalista brasileira da época. Nesse sentido, o manifesto escrito por ele foi um instrumento de formação e de luta para os ativistas brasileiros e de divulgação do estado da crise para o público em geral, consolidando Lutzenberger como um mediador entre movimentos ambientalistas estrangeiros e nacionais.

Nos seis manifestos, podemos constatar uma preocupação muito intensa com o futuro. Diante da compreensão aguçada dos problemas dos anos 1970 que eles expressam, ficava difícil não tecer um discurso catastrofista. Como prever um futuro digno para a humanidade, se a principal

causa dos problemas era o funcionamento do sistema econômico, dependente do crescimento ilimitado?

Mesmo que os manifestos não tragam uma solução para essa pergunta, ela ainda é crucial, passados cerca de 50 anos da sua publicação. Lutzenberger (1980, p. 79) propôs a substituição do dogma do crescimento pela “doutrina da homeostase. Poderemos chamá-la como quisermos – equilíbrio, estabilidade, sustentabilidade –, desde que o alvo seja o abandono da exponencial pelo comportamento disciplinado, em integração com as leis da Vida”. Em *Capitalismo e colapso ambiental*, Luiz Marques (2015, p. 476) afirma que:

O mecanismo básico de funcionamento do mercado capitalista [...] é mesmo oposto ao mecanismo da homeostase dos organismos. Isso porque a força fundamental que impele o mercado a funcionar não é a lei de oferta e procura, a qual opera no âmbito da circulação de mercadorias, mas a lei da acumulação de capital, que opera no âmbito da produção de mercadorias e é, por definição, expansiva.

O capitalismo, em busca da acumulação de mais e mais capital, não pode parar de crescer: “o tamanho ideal do mercado capitalista é, por definição, o infinito” (MARQUES, 2015, p. 476). As temáticas analisadas nos seis manifestos aqui selecionados ainda são importantíssimas em nosso tempo presente. Os dilemas por eles tratados permanecem sem solução. Nesse sentido, sua análise pode contribuir para as discussões do presente, numa perspectiva histórica.

Temos, então, a maior imbricação entre história do tempo presente e história ambiental. Ambas se deparam o desafio de lidar com uma perspectiva de futuro bloqueado; é muito difícil vislumbrar um futuro decente para seres humanos e não humanos diante das mudanças climáticas e catástrofes socioambientais que nos permeiam. As preocupações globais do tempo presente têm cada vez mais a ver com pandemias, recursos, clima, eventos extremos (ciclones, deslizamentos, enxurradas etc.), energia e demografia – que podem

perturbar as condições fundamentais da existência humana no planeta. Nesse sentido, outra intersecção entre as duas áreas é a necessidade de engajamento do historiador. Nesse cenário de crise do futuro, a história ambiental tem uma grande contribuição pública a dar, e os historiadores ambientais não devem se furtar a esse papel. Uma terceira conexão a ressaltar é a interdisciplinaridade: tanto a história do tempo presente quanto a história ambiental precisam estabelecer um diálogo com outras disciplinas para dar conta de suas problemáticas. No caso deste artigo, houve um diálogo com autores que estudam o gênero textual manifesto, para melhor entender e analisar as ideias presentes nos textos.

A chave que vai desbloquear o futuro ainda está longe de ser encontrada, mas ela passa por discutir os temas fulcrais que esses manifestos trabalharam. Trazer seu conteúdo à tona ilumina também as lutas dos movimentos ambientalistas nos anos 1970, as ideias e concepções por eles defendidas, e certamente colabora para os debates que ainda precisamos travar no nosso tempo presente, o século XXI.

## Notas

1 Peccei é citado como “a força impulsionadora dentro do grupo” (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 10). Era associado à Fiat, à Olivetti e administrava uma firma consultora para o desenvolvimento econômico e de engenharia, a Italconsult, uma das maiores do ramo na Europa.

<sup>2</sup> O Clube permanece em atividade atualmente e comemorou recentemente 50 anos da publicação de “Limites do crescimento”. Disponível em: <https://www.clubofrome.org/history>

3 O casal Meadows era composto de dois recém-doutores: Dennis em Administração pelo MIT, e Donella em Bioquímica em Harvard.

4 O crescimento exponencial é caracterizado pela duplicação das variáveis envolvidas num período de tempo. Uma variável vai duplicando de tamanho – e isso pode levar muito tempo – até que, subitamente, ocupou a metade do espaço disponível. Quando chega nesse limite, na duplicação seguinte, ocupará todo o espaço e não terá mais como crescer. A intenção dos cientistas do MIT e do Clube de Roma era procurar meios para impedir que as cinco variáveis chegassem a esse limite, o que poderia causar o colapso do sistema: “[...] a raça humana pode ter muito pouco tempo para reagir a uma crise resultante

de um crescimento exponencial, em um espaço limitado” (MEADOWS *et al.*, 1973, p. 50).

5 No caso da população, as entradas são os nascimentos e as saídas as mortes. Com os avanços na medicina e nos sistemas sanitários, durante o século XX, muitas pessoas deixaram de morrer, o que causou um grande aumento populacional. Em 1930, havia 2 bilhões de pessoas no mundo, número que foi duplicado em 1974. A previsão é que em 2045 existam 9 bilhões de pessoas. Uma reportagem da revista *National Geographic* repetiu, 40 anos depois, termos semelhantes, as indagações dos cientistas do MIT: “o planeta vai conseguir sustentar tanta gente?” (KUNZING, 2011, p. 54).

6 A crítica ao dogma básico do sistema capitalista não passou incólume. Worster (2016) recupera várias críticas a *Limites do crescimento*, em especial, de jornalistas e economistas defensores do sistema.

7 Tradução livre: Um plano pela sobrevivência.

8 O NPD foi criado em 1964, por nazistas ativos desde o período anterior a 1945, e que ganharam destaque nos anos 1960 (BIEHL; STAUDENMAIER, 1995).

9 O ecofascismo seria um regime político coletivista de cunho autoritário em relação à proteção da natureza. Estaria por trás de uma “ecologia radical”, que promove o biocentrismo ou ecocentrismo, segundo o qual o ser humano não é uma espécie privilegiada, mas sim um membro da complexa comunidade biótica. O problema com esse tipo de biocentrismo é que ele pode ser usado como argumento para proteger uma suposta natureza intocada, em detrimento de populações humanas, ou um grupo humano em detrimento de outro. Segundo ecologistas mais radicais, quanto mais as sociedades democráticas adiam as difíceis decisões políticas necessárias para resolver os problemas ambientais, mais drásticas serão as medidas políticas que poderão ser tomadas posteriormente para salvar os remanescentes da humanidade e da biosfera. “Pode-se imaginar o que tais medidas podem implicar: não apenas a apreensão de propriedade privada, mas talvez também assédio, internamento, tortura, deportação e, pior, aquelas destinadas a forçar as pessoas a cumprir os regulamentos impostos centralmente (em áreas que vão desde o consumo até reprodução) pretendendo lidar com uma ‘emergência ecológica’” (ZIMMERMAN, 1995, p. 209).

10 Segundo Worster (1996, p. 162-163), a noção de equilíbrio da natureza é tributária das pesquisas de Frederic Clements, no início do século XX, seguidas pelo ecologista Eugene Odum, que a popularizou. Já nos anos 1970, cientistas passam a refutar essa noção, com base em pesquisas de Henry A. Gleason dos anos 1920; desse questionamento, emerge uma “nova ecologia do caos”.

11 Essas medidas são muito problemáticas e se encaixam na definição de “ecofascismo” de Zimmerman (1995) – ver nota anterior.

## Referências

- ABASTADO, Claude. Introduction a l'analyse des manifestes. **Litterature**, v. 39, p. 3-11, 1980a.
- ABASTADO, Claude. Le "Manifeste Dada 1918": Un tourniquet. **Litterature**, v. 39, p. 39-46, 1980b.
- ANGENOT, Marc. **La parole pamphletaire**. Paris: Payot, 1982.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BETZ, Hans-Georg. On the German question: Left, Right, and the politics of National Identity. **Radical America**, v. 20, n. 1, p. 31-49, 1986.
- BIEHL, Janet; STAUDENMAIER, Peter. **Ecofascism: lessons from the German experience**. Edinburgh, Scotland/San Francisco, CA: AK Press, 1995.
- BONENFANT, Joseph. La force illocutionnaire dans la situation de discours pamphlétaire. **Études Littéraires**, v. 11, n. 2, p. 299-312, 1978.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.
- CLUB OF ROME. **History**. 2022. Disponível em: <https://www.clubofrome.org/history>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- DEGUY, Michel. Em relisant les manifestes. **Nouvelle Revue Française**, Paris, v. 10, n. 11, p. 119, p. 857-862, nov. 1962.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39- 9, jan./mar. 2018.
- DEMERS, Jeanne. Entre l'art poetique et le poeme, **Etudes francaises**, v. 16, n. 3/4, p. 3-20, 1980.
- DUMONT, René. **A utopia ou a morte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- GOLDSMITH, Edward *et al.* A blueprint for survival. **The Ecologist**, v. 13, n. 14, 1972. Disponível em: <https://theecologist.org/2012/jan/27/ecologist-january-1972-blueprint-survival>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- KUNZING, Robert. População: 7 bilhões. **National Geographic**, São Paulo, ano 11, n. 130, jan. 2011.
- LATTES, Robert. **Pour une autre croissance**. Paris: Editions du Seuil, 1972.
- LEOPOLD, Aldo. **Pensar como uma montanha: A Sand County Almanac**. Águas Santas, Portugal: Edições Sempre-em-pé, 2008.
- LYON, Janet. **Manifestoes: Provocations of the Modern**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- LUTZENBERGER, José. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: Movimento; Editora da UFRGS, 1983.
- MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Unicamp, 2015.
- MEADOWS, Donella H. *et al.*, **Limites do crescimento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- NPD. **Das Programm der NPD**. Düsseldorf: Programm: Neufassung, 1973.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- SCHWEITZER, Albert. **Decadência e regeneração da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SOUZA, Gisela Barcelos. A repetição operativa no discurso do "novo urbanismo europeu". **Cadernos**

**de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 95-108, dez. 2006.

WORSTER, Donald. **The wealth of nature:** environmental history and the Ecological imagination. New York: Oxford University Press, 1996.

WORSTER, Donald. **Nature's economy:** a history of ecological ideas. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WORSTER, Donald. **Shrinking the Earth.** New York: Oxford University Press, 2016.

YANOSHEVSKY, Galia. Three Decades of Writing on Manifesto: The Making of a Genre. **Poetics Today**, v. 30, n. 2, p. 257-286, summer 2009a.

YANOSHEVSKY, Galia. The Literary Manifesto and Related Notions: A Selected Annotated Bibliography. **Poetics Today**, v. 30, n. 2, p. 287-315, summer 2009b.

ZIMMERMAN, Michael E. The Threat of Ecofascism. **Social Theory and Practice**, v. 21, p. 207-38, summer 1995.